



ASF
Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões

NOTA METODOLÓGICA

Painel de Riscos do Setor Segurador

1. Introdução

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) procede à publicação do Painel de Riscos visando a identificação, monitorização e mensuração dos riscos que podem afetar o setor segurador, numa perspetiva macroprudencial.

O Painel de Riscos da ASF tem uma periodicidade trimestral e, seguindo as boas práticas das autoridades de supervisão europeias, reflete a evolução de um conjunto de indicadores, agregados de forma mecânica em classes de risco, sujeitos a uma avaliação qualitativa, quando necessária. O painel de risco não efetua porém, uma avaliação comparativa da importância de cada classe para os riscos que o setor segurador enfrenta, numa vertente global.

Os indicadores assentam na informação contabilística e nos reportes de Solvência II, submetidos pelas empresas de seguros sujeitas à supervisão da ASF, e ainda, na informação publicamente disponível relativa às variáveis macroeconómicas e aos mercados financeiros.

2. Estrutura do Painel de Riscos

O Painel de Riscos da ASF assenta atualmente num conjunto de 53 indicadores¹ agrupados em 8 categorias de risco.

Não obstante, esta ferramenta foi construída de forma flexível permitindo uma fácil atualização/ revisão dos indicadores utilizados em função da evolução dos riscos que o setor pode vir a enfrentar e/ou de potencial nova informação que possa vir a ser disponibilizada.

a) Riscos macroeconómicos

A classe de riscos macroeconómicos é uma categoria que inclui indicadores que procuram avaliar os fatores da economia no seu todo que, à escala nacional e europeia, afetam diretamente o negócio segurador, abrangendo aspetos como o crescimento económico, o nível de desemprego, o nível de défice público, o nível de dívida pública, a inflação, o endividamento dos particulares, o nível de taxas de juro e o estado das políticas monetárias.

¹ Ver Anexo 1 – Lista de indicadores

b) Riscos de crédito

Nesta categoria é avaliada a vulnerabilidade das carteiras de investimentos das empresas de seguros ao risco de incumprimento, por um lado, combinando, as exposições aos diferentes tipos de obrigações (soberanas, privadas financeiras e não financeiras) com a respetiva métrica (CDS *spreads*) definida, e, por outro, avaliando a qualidade creditícia da carteira obrigacionista no seu todo.

c) Riscos de mercado

Nesta categoria são avaliados os riscos de mercado decorrentes das exposições a obrigações, ações e imobiliário. A mensuração combina essas exposições com a(s) métrica(s) definida(s) para cada uma das classes de ativos (volatilidades e rendibilidades de índices representativos). Deste modo, as exposições retratam a vulnerabilidade do setor a desenvolvimentos adversos, enquanto a métrica de risco permite captar o nível do risco específico de cada uma das classes.

d) Risco de liquidez

Esta categoria pretende avaliar a resiliência do setor segurador a choques de liquidez. Para o efeito é considerado um indicador que pretende mensurar o grau de liquidez dos ativos das seguradoras nacionais e ainda, a relação entre os fluxos de entradas e saídas (considerando prémios, custos com sinistros e variação das provisões técnicas, excluindo a provisão para sinistros).

e) Risco de rendibilidade e solvência

Esta categoria avalia o nível de rendibilidade e de solvência da indústria seguradora portuguesa. Na aferição do nível de rendibilidade são considerados os resultados líquidos e o resultado integral em função dos capitais próprios, assim como os resultados técnicos de Vida e Não Vida em função dos prémios dos respetivos segmentos de negócio. Para mesurar a solvabilidade são utilizados rácios de solvência (com e sem o impacto da utilização da medida transitória das provisões técnicas), bem como rácios que pretendem avaliar a relação entre o ativo e o passivo e a qualidade dos fundos próprios.

f) Risco de interligações

Nesta secção são analisados vários tipos de interligações tais como, a exposição à dívida pública portuguesa e ao setor bancário, bem como, o nível de concentração dos investimentos das empresas tendo em conta o respetivo emitente e setor de atividade.

g) Riscos específicos de seguros de Vida

Esta categoria pretende avaliar o comportamento do ramo de Vida, numa vertente técnica, analisando a evolução global dos prémios, a sinistralidade nos seguros temporários, e, nos produtos financeiros, os resgates, a diferença entre as taxas de juro garantidas e o retorno dos investimentos, e a diferença entre as durações dos ativos e passivos.

h) Riscos específicos de seguros de Não Vida

Esta categoria pretende avaliar o comportamento do ramo de Não Vida, igualmente numa vertente operacional, analisando a evolução global dos prémios, da sinistralidade, do rácio combinado e do nível de provisionamento.

3. Fontes de dados

Para a construção do Painel de Riscos é utilizada a informação do Reporte Prudencial Individual Trimestral (QRS) e do Reporte Prudencial Individual Anual (ARS) submetidos pelas empresas portuguesas de seguros sujeitas à supervisão da ASF.

Os dados de Solvência II são complementados com os dados macroeconómicos e dos mercados financeiros e, a informação dos reportes contabilísticos efetuados pelas empresas.

O número de empresas considerado no cálculo de cada um dos indicadores pode variar entre trimestres, dependendo da existência e da qualidade da informação reportada.

4. Metodologia

O nível de risco de cada indicador é representado por uma pontuação discreta que vai desde o valor 1 (risco muito baixo) até ao valor 10 (risco muito alto).

O nível de risco de cada uma das classes de risco, resulta, numa primeira fase, da agregação dos respetivos indicadores e, numa segunda fase, numa variável não-discreta, que resulta da transformação desse valor numa cor, representativa do nível de risco dessa categoria (vermelho – nível alto; laranja – nível médio-alto; amarelo, nível médio-baixo; verde – nível baixo).

As variações entre trimestres são representadas por setas (ascendente – aumento significativo do risco; inclinada ascendente – aumento do risco; lateral – manutenção do risco; inclinada descendente – diminuição do risco; e, descendente – diminuição significativa do risco).

a) Definição dos limites na calibração dos níveis de risco

No mapeamento dos níveis de risco por cada um dos indicadores foram utilizadas diferentes abordagens, consoante as características específicas das respetivas métricas de risco, nomeadamente,

- i. Distribuição histórica: Os limites são calculados tendo em conta os *decis* da distribuição da série temporal. Esta abordagem é aplicada quando a série temporal é suficientemente grande sem a presença de quebras significativas;
- ii. Pré-definido: Esta abordagem é aplicada a todos os indicadores que têm “limites base” definidos por regulamentação (p. ex., rácio de cobertura do SCR > 100%) ou implícitos por teoria económica (p. ex., rendibilidade dos capitais próprios > 0%);
- iii. Mapeamento mediante avaliação qualitativa.

b) Uso de distribuições ponderadas no cálculo dos níveis de risco

De modo a se avaliarem os níveis de risco numa perspetiva de estabilidade financeira, os mesmos foram calculados para cada um dos indicadores, tendo em conta a importância relativa das diferentes entidades incluídas na amostra. Assim, foram consideradas distribuições ponderadas pelos prémios, provisões técnicas, ativos ou SCR, consoante o indicador em análise.

c) **Agregação por classe de risco**

A agregação mecânica por classe de risco é efetuada mediante a atribuição de pesos a cada um dos indicadores. Os critérios utilizados na definição dos pesos têm em consideração:

- i. A importância do indicador (quanto maior a relevância, maior o peso atribuído);
- ii. A existência de correlações com outros indicadores, resultando numa sobreavaliação desse fator(es) de risco (quanto maior, menor o peso atribuído).

d) **Aplicação de avaliação qualitativa**

A agregação mecânica dos níveis de risco dos diferentes indicadores dentro de uma classe de risco tende a ocultar a existência de indicadores com níveis de risco elevado e, conseqüentemente, a poder subestimar o nível de risco da classe de risco.

Para ultrapassar esta questão, são verificados os indicadores com um nível de risco (igual ou superior a 8) em cada uma das classes de risco e esta informação é utilizada como suporte da avaliação qualitativa, que pode rever em alta o nível de risco da classe.

Por outro lado, os dados utilizados na maioria dos indicadores, designadamente a informação reportada pelas empresas, respeitam a observações passadas, pelo que o respetivo nível de risco reflete a avaliação do risco a essa data. Pelo que, nos casos em que se entende fazer sentido refletir desenvolvimentos posteriores e/ou uma avaliação prospetiva, procede-se a uma avaliação qualitativa, que pode rever em alta ou baixa o nível de risco da classe.

ANEXO 1

Lista de Indicadores

Classe de Risco	Código	Indicador
Riscos Macroeconómicos	1.1 PT	Crescimento do PIB Português
	1.1 EU	Crescimento do PIB da Área do Euro
	1.2 PT	Taxa de desemprego Portugal
	1.2 EU	Taxa de desemprego Área do Euro
	1.3 PT	Défice Público em % do PIB Portugal
	1.3 EU	Défice Público em % do PIB Área do Euro
	1.4 PT	Dívida Pública em % do PIB Portugal
	1.4 EU	Dívida Pública em % do PIB Área do Euro
	1.5 PT	Índice de preços do consumidor Portugal
	1.5 EU	Índice de preços do consumidor Área do Euro
	1.6 PT	Endividamento dos particulares em % do PIB Portugal
	1.6 EU	Endividamento dos particulares em % do PIB Área do Euro
	1.7	Nível das taxas swap do Euro a 10 anos
	1.8	Estado da política monetária
Riscos de Crédito	2.1	Investimento em obrigações do tesouro
	2.2	Investimento em obrigações privadas do setor financeiro
	2.3	Investimento em obrigações privadas do setor não financeiro
	2.4	Rating médio da carteira obrigacionista
Riscos de Mercado	3.1	Investimento em obrigações
	3.2	Investimento em ações e participações
	3.3	Investimento em imobiliário
Riscos de Liquidez	4.1	Rácio de liquidez dos ativos
	4.2	Rácio de entradas sobre saídas
Riscos de Rendibilidade e Solvabilidade	5.1	Rendibilidade dos capitais próprios
	5.2	Resultado técnico de Vida PBE
	5.3	Resultado técnico de Não Vida PBE
	5.4	Rendimento Integral Capitais próprios
	5.5	Ativo sobre passivo
	5.6	Rácio de solvência
	5.7	Rácio de solvência (excluindo MTPT)
	5.8	Qualidade dos fundos próprios

Riscos de Interligações	6.1	Investimento em dívida soberana nacional
	6.2	Investimento em instituições de crédito
	6.3	Concentração de ativos - Grupo económico
	6.4	Concentração de ativos - Setor de atividade económica
Riscos Específicos de Seguros de Vida	7.1	Variação de prémios brutos emitidos - Vida
	7.2	Taxa de sinistralidade de seguros de vida risco
	7.3	Taxa de resgates
	7.4	Diferença entre a rentabilidade dos investimentos e as taxas garantidas
	7.5	Diferença entre a duração dos ativos e a duração dos passivos
Riscos Específicos de Seguros de Não Vida	8.1	Variação de prémios brutos emitidos - Não Vida
	8.2 AT	Taxa de sinistralidade - Acidentes de Trabalho
	8.2 AUT	Taxa de sinistralidade - Automóvel
	8.2 DOE	Taxa de sinistralidade - Doença
	8.2 IOD	Taxa de sinistralidade - Incêndio e Outros Danos
	8.3 AT	Rácio Despesas - Acidentes de Trabalho
	8.3 AUT	Rácio Despesas - Automóvel
	8.3 DOE	Rácio Despesas - Doença
	8.3 IOD	Rácio Despesas - Incêndio e Outros Danos
	8.4 AT	Índice de provisionamento - Acidentes de Trabalho
	8.4 AUT	Índice de provisionamento - Automóvel
	8.4 DOE	Índice de provisionamento - Doença
	8.4 IOD	Índice de provisionamento - Incêndio e Outros Danos

